

Nota de Utilidade Pública

Piatã, 16 de maio de 2022.

Nós, moradores das comunidades impactadas pela mineração, organizações e movimentos socioambientais, vimos por meio desta esclarecer **o que é uma Comissão de Acompanhamento de Empreendimento (CAE)**. Inicialmente, destacamos que a mineradora Inglesa **Brazil Iron** com atuação nos municípios de Piatã e Abaíra está **criando a CAE** por conta de uma **exigência** no procedimento de **Licenciamento Ambiental** que teria como objetivo promover o diálogo entre as comunidades e os empreendimentos que desejem se instalar no território.

É importante apontar a **baixíssima transparência** que permeia a atuação da empresa de modo geral e também na criação desta Comissão. Não há informação, por exemplo, sobre qual empreendimento esta CAE se refere. Nem mesmo os documentos do processo de licenciamento ambiental que tramitam no INEMA, no qual há referência à CAE, foram fornecidos pela empresa. Quais empreendimentos a Brazil Iron tem na região? Quais são as comunidades impactadas direta e indiretamente? Quais destas são comunidades tradicionais? Quais outras instituições vão ter direito a participar? Quais critérios foram usados para convidar as instituições? Em qual base legal esta comissão se alicerça?

Lembrando que o **licenciamento ambiental** para empreendimentos que atingem comunidades tradicionais **necessita de consulta prévia**, livre e informada (segundo a Convenção nº 169 da OIT), porém **nunca houve qualquer consulta** em nenhuma das comunidades impactadas. Soma-se ainda o fato de que a empresa **não possui licença ambiental**, operando atualmente apenas com autorização ambiental, em evidente violação ao parágrafo único do art. 142-B do Decreto Estadual nº 14.024/2012. Diante disso, como detectar e debater, na CAE, com as comunidades impactadas sobre o nível e a abrangência desses impactos e suas condicionantes?

Por fim, advertimos a todas as instituições convidadas que a CAE só terá validade após o cumprimento de todas as fases de um processo correto de licenciamento ambiental,

com a devida transparência e participação popular, além da realização de consulta prévia; não desta forma arbitrária, realizada a toque de caixa, em resposta ao ato de interdição realizado pelo INEMA-BA.

Uma cópia desta nota pública será enviada à imprensa, às instâncias municipais, bem como ao próprio INEMA, Ministério Público, Fundação Cultural Palmares, Defensoria Pública da União e demais órgãos competentes que já acompanham o caso.

Bocaina- Piatã- BA, 16 de Maio de 2022

Coletivo Comunidades Unidas

Coletivo Floresta Viva

FPN- Fórum popular da Natureza

FSP- Frente Socioambiental de Piatã

GAMBÁ- Grupo Ambientalista da Bahia

LEVANTE- Movimento Socioambiental da Chapada

OCA- Observatório dos Conflitos Ambientais da Chapada

MAM- Movimento pela Soberania Popular na Mineração

Movimento SOS Bocaina e Mocó

Mutirão Agroecológico de Piatã

Rede Chapada Agroecológica

SOS Bacia do Rio de Contas

Teia dos Povos